

A DEMOCRACIA ENTRE A MODERNIDADE E A TRADIÇÃO – UMA REFLEXÃO SOBRE A TRANSFORMAÇÃO E CEGUEIRA

DEMOCRACY BETWEEN MODERNITY AND TRADITION – A REFLECTION ON TRANSFORMATION AND BLINDNESS

Vaner do Prado¹
Evelyn Negrão²
Weliton Fernandes Leite³
José Gileá⁴

RESUMO

O contexto deste estudo remete a existência em alguns países de movimentos de extrema direita que ameaçam a solidez das democracias liberais modernas, consideradas durante anos, o modelo mais adequado para a realização de uma cidadania plena, evitando arroubos de regimes autoritários, pelo menos nos países ocidentais. Diante desta conjuntura apresentada, a questão central deste estudo é indagar: há remédios político-institucionais para as democracias liberais, que estão sendo feridas em suas premissas fundamentais? e o objetivo é analisar quais os remédios políticos podem ser utilizados para frear os ataques as instituições das democracias liberais, visando conter as tentativas de ruptura evitando um colapso do sistema político-institucional predominante no ocidente “civilizado”. A pesquisa possui natureza descritiva/exploratória. Possui caráter qualitativo e seu assentamento é reflexivo comparativo. Os principais resultados obtidos apontam para uma ascensão de movimentos políticos de extrema direita em países importantes no contexto ocidental como Estados Unidos, Polônia, Itália, Hungria dentre outros. Além disso, esses movimentos chegam ao poder e correm as democracias estabelecidas durante muitos anos. As causas são as mais diversas: o surgimento da sociedade e da política em rede, movimentos anti-imigrantistas, movimentos de uma juventude sem esperança, cegueira democrática pela apreensão das democracias liberais por grupos específicos no poder etc. O possível remédio é mais democracia. Inclusão, espaços cívicos, fortalecimento dos partidos para evitar a entrada de outsiders oportunistas, educação e espaço para as massas.

Palavras-chaves: Democracia; Tradicionalismo; Extrema direita; Inclusão; Espaços cívicos.

¹ Doutor pela UNIFACS. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito, Governança e Políticas Públicas (PPGDGPP). Líder do Grupo de Pesquisa em Governança e Políticas Públicas - GEGOPP. E-mail: vaner.prado@animaeducacao.com.br <http://orcid.org/0000-0002-8752-6077>

² Mestranda em Direito, Governança e Políticas Públicas – Universidade Salvador – UNIFACS. Membro do Grupo de Pesquisa em Governança e Políticas Públicas - GEGOPP. E-mail: evelyn_negrao@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8938-0085>

³ Mestrando em Direito, Governança e Política Públicas. Universidade Salvador – UNIFACS. Weliton_junior@outlook.com.

⁴ Pós-Doutor em Políticas Públicas Promotoras de Igualdades. Doutor pela UNIFACS. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito, Governança e Políticas Públicas (PPGDGPP) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS; Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Membro do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (GERURB). E-mail: jose.gilea@animaeducacao.com.br. <http://orcid.org/0000-0001-7592-920X>

ABSTRACT

The context of this study refers to the existence in some countries of far-right movements that threaten the solidity of modern liberal democracies, considered for years to be the most appropriate model for achieving full citizenship, avoiding the outbursts of authoritarian regimes, at least in Western countries. Given this situation, the central question of this study is to ask: are there political-institutional remedies for liberal democracies, which are being harmed in their fundamental premises? The objective is to analyze which political remedies can be used to curb attacks on the institutions of liberal democracies, aiming to contain attempts at rupture, avoiding a collapse of the political-institutional system predominant in the “civilized” West. The research is descriptive/exploratory in nature. It has a qualitative character, and its foundation is comparatively reflective. The main results obtained actually point to a rise of far-right political movements in some important countries in the Western context, such as the United States, Poland, Italy, Hungary, among others. In addition, these movements come to power and run over democracies that have been established for many years. The causes are very diverse: the emergence of networked society and politics, anti-immigrant movements, movements of hopeless youth, democratic blindness due to the seizure of liberal democracies by specific groups in power etc. The possible remedy is more democracy. Inclusion, civic spaces, strengthening of parties to prevent the entry of opportunistic outsiders, education and space for the masses.

Keywords: Democracy; Traditionalism; Far right; Inclusion; Civic Spaces.

1. INTRODUÇÃO

Em Weber (2008), apresenta-se o estado racional legal, como único contexto no qual o capitalismo moderno pôde prosperar, tendo sua base no funcionalismo especializado, na contabilidade racional e no direito racional. Uma política econômica estatal que mereça este nome, somente foi capaz de brotar nesses tempos de modernidade. Então, nascem as políticas econômicas do Estado moderno e consolida-se o desencantamento do mundo ocidental.

Neste diapasão, o pensamento weberiano é capaz de demonstrar que o Estado sob bases racionais, desprender-se-ia do encantamento e das tradições mundanas. Neste contexto, iriam surgir na civilização ocidental, um conjunto de instituições, ejetadas pela modernidade, que seriam capazes de dar suporte a um Estado forte, democrático e garantidor de uma cidadania plena.

Para Giddens (1991) e Elias (1993), uma sociedade civilizada alcançaria com o tempo uma estabilidade sob o controle do Estado Moderno (Estado-Nação). A garantia da Lei e da ordem, seria mantida pelo autocontrole dos indivíduos, guiados pela razão e consciência. Essa visão, recai sobre instituições fortes e garantidoras

das regras de convivência social, apreendidas ao longo do tempo, em sintonia com aquilo que Elias (1993) denominou de “processo civilizador”. Assim, esse conjunto de fundamentos fazem parte de uma marca europeia que se estabeleceu e se espalhou no tempo e espaço – a modernidade.

Esse enunciado, por longos anos, foi exaltado como uma conquista ou um marco civilizatório para o ocidente. Democracias robustas surgiram e se consolidaram, outras ainda se encontram em construção, mas, todas alicerçadas em maior ou menor grau, sobre as premissas institucionais da modernidade, construídas e defendidas ao longo do tempo. Sistemas políticos e econômicos assentados sobre as instituições racionais da modernidade.

Contudo, após décadas de construção de instituições, às quais passou-se a delegar o poder soberano que, teoricamente, os cidadãos detêm, aspirando algo a mais que, por teoria o modelo da democracia liberal representativa, oferece, dentre eles o direito básico das pessoas: a liberdade, a igualdade, a política e a economia. Assim, espera-se que os sistemas institucionais criados pelas democracias liberais, sejam capazes de garantir o acesso e o desfrute à cidadania – autonomia, igualdade e participação integral.

Contudo, observa-se a existência de uma crise recente entre as democracias liberais. Para Castells (2018), essa crise foi provocada por diversos fatores, dentre eles, podem ser incluídos a globalização econômica e a comunicação integrada (sociedade em rede). Esses elementos, limitaram a capacidade do Estado-Nação em responder as novas demandas (crises financeiras, violação de direitos, mudanças climáticas, terrorismo, fome e a própria mentira) de uma sociedade em mutação. Outra questão interessante trazida por esse autor, é observar que a globalização também é fruto da ação do próprio Estado-Nação, com seus processos de desregulamentação e abertura de fronteiras, principalmente econômico, muitas vezes de forma desenfreada e sem regulação eficiente.

É possível também verificar, que esse enfraquecimento dos Estados-Nação, foi capaz de gerar dentro deles e de forma mais global, uma corrente com pensamento contrário ao arcabouço institucional que foi estabelecido pela sociedade ocidental, como pilar das democracias liberais. Além dos pontos destacados por Castells (2018), para a autora Brow (2019), fatores como o ódio e a belicosidade racistas, anti-islâmicos e antisemitas crescem nas ruas e na internet e grupos de extrema direita, recentemente amalgamados, têm eclodido audaciosamente na vida pública após

terem passado anos à espreita, na maior parte do tempo às sombras. A constatação dessa autora, remete ao surgimento em várias partes do mundo de movimentos de ultra e extrema direita, que fazem brotar das entranhas das democracias, temas que pareciam superados pelas democracias ocidentais, incluindo nesse rol, algumas mais bem estruturadas e consolidadas institucionalmente.

Assim, em resumo, esses autores têm atribuído essa ascensão a dois fatores predominantes: as suposições cegas sobre valores e instituições ocidentais duradouros (especialmente o progresso, o iluminismo e a democracia liberal) e a aglutinação pouco familiar de elementos na direita ascendente (uma combinação de libertarianismo, moralismo, autoritarismo, nacionalismo, ódio ao Estado, conservadorismo cristão e racismo).

Para esse conjunto Brow (2019, p. 10) busca uma justificativa:

Estas novas forças conjugam elementos já familiarizados do neoliberalismo (favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e político, ataques as igualdades e exaltação das liberdades) com seus aparentes opostos (nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista e demandas por soluções estatais para problemas econômicos e sociais).

Ainda segue a autora:

[...] batem-se contra o relativismo, mas também contra a ciência e a razão, e rejeitam afirmações baseadas em fatos, argumentação racional, credibilidade e responsabilidade. Desdenham dos políticos e da política enquanto manifestam uma feroz vontade de potência e ambição política.

Em publicação anterior, Eatwell e Goodwin (2018, p.7), já haviam sinalizado que a revolta contra a democracia liberal sob a roupagem do “nacional-populismo”, tratava-se de um movimento surgido nos primeiros anos do século XXI que desafiaria cada vez mais as políticas convencionais do Ocidente. Sua ascensão ocorreu especialmente nos Estados Unidos e em alguns países europeus, mesmo aqueles nos quais a democracia liberal aparentemente parecia estabelecida.

Seus apoiadores são mais diversos que o estereotípico “velho branco e raivoso”, que, como nos dizem frequentemente, logo será substituído por uma nova geração de *millennials* tolerantes. O Brexit e Trump na verdade se seguiram à muito anterior ascensão dos nacional-populistas em toda a Europa, como Marine Le Pen na França, Matteo Salvini na Itália e Viktor Orban na Hungria. Eles fazem parte de uma revolta crescente contra a política e os valores liberais convencionais (Eatwell e Goodwin, 2018, p.8).

Ressalta-se, segundo esses autores, que dentre os componentes desses movimentos, apenas uma pequena minoria quer o rompimento de instituições, pois em sua maioria existem preocupações compreensíveis com o fato dessas instituições não representarem a sociedade como um todo e, ao contrário, estarem se distanciando ainda mais do cidadão comum. Alguns, falam em criar uma forma de “democracia não liberal”, o que suscita questões preocupantes sobre os direitos democráticos e a demonização de imigrantes.

Observa-se que em sua grande maioria, os eleitores nacional-populistas querem mais democracia – mais referendos e mais políticos empáticos e dispostos a ouvir, que concedam mais poder ao povo e menos poder às elites econômicas e políticas estabelecidas. Essa concepção “direta” da democracia difere da democracia “liberal” que floresceu em todo o Ocidente após a derrota do fascismo e que, gradualmente assumiu um caráter mais elitista.

Assim, diante desta conjuntura apresentada, a questão central deste estudo é indagar: Quais remédios político-institucionais são indicados para as democracias liberais, que estão sendo feridas em suas premissas fundamentais?

Diante desta questão central, o objetivo deste artigo é: analisar quais os remédios políticos podem ser utilizados para frear os ataques as instituições das democracias liberais, visando conter as tentativas de ruptura evitando um colapso do sistema político-institucional predominante no ocidente “civilizado”.

Ao justificar a importância deste estudo, tem-se em mente que o arcabouço institucional gerado pelas democracias liberais ocidentais, foram capazes de conter a barbárie e propiciar cidadania relativa, com maior igualdade, autonomia, participação e liberdade. Esses elementos contidos ou trazidos pelas democracias liberais, são pontos fundamentais para a vida em sociedade, cuja dinâmica é protegida ou guardada pelo arcabouço institucional criado. Existe a crença de que sem instituições livres e sólidas, não haveria garantias mínimas desses elementos. Também se entende que os ataques às instituições democráticas, possam levar ao seu enfraquecimento, desgaste e rupturas.

No campo acadêmico, ressalta-se a busca pela compreensão dos movimentos políticos e populares que colocam as democracias liberais representativas sob observação. Nessas observações há o entendimento do papel de cada organização institucional do Estado moderno, para condução das políticas públicas e suas conexões com a sociedade moderna.

Diante do exposto, e para a sua consecução, a pesquisa possui natureza descritiva e abordagem qualitativa, tendo seu desenvolvimento operacional sustentado por meio da estratégia da análise reflexiva comparativa. Para Pádua (2016), esta orientação busca esclarecer fenômenos que precisam ser destacados no sentido de chamar atenção por meio da reflexão comparativa, realidade e biografias, cinema, músicas, poemas etc. e propõe-se a criar cenários a partir de determinado fenômeno ou acontecimento. Também, cabe o recorte feito que recai sobre a modernidade, a formação dos Estados-Nação e sua organização sob o modelo de democracias liberais representativas, sua evolução e seu momento crítico quando é questionado e assolado por movimentos de ultra e extrema direita, provocando sobre a necessidade de revisão dos princípios políticos das democracias liberais.

Assim, a reflexão, por um lado, assenta-se sobre a produção de autores oriundos da crítica aos movimentos extremistas e da crítica aos próprios modelos de democracias representativas ocidentais e sobre suas bases de construção e evolução. De outro, volta-se para autores dos campos mais ligados aos movimentos de extrema direita, com os fatores e elementos que trazem com base de sua crítica e afirmações.

Este artigo fundamenta-se em quatro pilares ou linhas centrais de raciocínio: uma primeira parte com as democracias e o surgimento de seus elementos; uma segunda com o surgimento das ideais ameaçadoras às democracias; uma terceira com um resumo das formas de ataques desencadeadas; e uma quarta com os possíveis remédios existentes e aqueles que podem ou necessitem ser criados para evitar o colapso total do modelo.

2. RAÍZES, SIGNIFICADOS E CONTROVÉRSIAS NAS DEMOCRACIAS LIBERAIS

Tudo o que não se quer neste tópico é esgotar conceitos e retornar a uma discussão já exaustivamente trabalhada na literatura sobre as democracias. Apenas, entende-se como necessário, rever alguns pontos e preparar uma base para discutir as duas próximas seções deste estudo: quando houve a fragmentação das democracias e qual a origem dos ataques atuais a este sistema, construído sobre os pilares da modernidade ocidental.

Para Dahl (2012) e Brow (2019), a palavra democracia (para os gregos *demokratia*), cuja raiz da palavra tem o significado de *demos* (povo) e *Kratia* (governo ou autoridade). Esse conceito, realça um contraste com outros conceitos de sistemas

de governo como: oligarquia, monarquia, aristocracia, plutocracia, tirania e governos coloniais. Para Brow (2019, p. 33) democracia significa “os arranjos políticos por meio dos quais um povo governa a si mesmo. Somente a igualdade política assegura que a composição e o exercício do poder político sejam autorizados pelo todo e sejam de responsabilidade do todo”.

A importância da igualdade política para a democracia é a razão pela qual Rousseau insistiu que as diferenças de poder em um povo democrata não devem “ser tão grandes que possam ser exercidas como violência e que ninguém possa ser tão rico que possa comprar outro nem tão pobre que seja obrigado a se vender” (Brow, 2019, p. 34).

Para essa autora, o critério da igualdade política e cidadã, aquilo que se costuma chamar de democracias liberais burguesas ou capitalistas nunca foi uma democracia plena, e quaisquer que sejam suas disposições democráticas, elas vêm sendo constantemente enfraquecidas nas últimas décadas.

Nesse diapasão, para Dahl (2012), o governo do povo, que desde os tempos mais remotos das civilizações, muitos indivíduos já imaginavam um sistema político no qual os participantes consideram uns aos outros, como politicamente iguais, são coletivamente soberanos e possuem todas as capacidades, recursos e instituições de que necessitam para governar a si próprios.

Assim, esse autor afirma que historicamente esses anseios passaram a tomar corpo por volta do Século V a. C, com os gregos e, mais especificamente com os atenienses, local onde, para ele, ocorreu a primeira transformação democrática: uma concepção e prática do governo de poucos, para uma concepção e prática de um governo de muitos. Nesse contexto, o único lugar imaginável da democracia era na Cidade Estado.

Cronologicamente, Dahl (2012) fala de três ondas ou transformações da democracia ao longo dos anos. Uma primeira surgida com as cidades Estado greco-romanas, uma segunda com apogeu dos Estados Nacionais (já fruto da modernidade) e uma possível terceira onda ou transformação democrática, que ainda poderia estar em curso, com o conjunto de possibilidades atuais.

Rosanvallon (2021) trabalha com o conceito de democracias populistas, alicerçadas, segundo o autor sobre três pilares: democracia direta, democracia polarizada e democracia como uma concepção imediata e espontânea da expressão popular.

Sobre a fragilização das instituições democráticas, o supracitado autor afirma que é uma história de promessas não cumpridas e ideais maltratados nos quais se permanece completamente submersos, como testemunho da intensidade do desvio do encantamento democrático contemporâneo e as dificuldades de encontrar as condições de instauração de uma verdadeira sociedade de iguais.

Segundo Rosanvallon (2011), o caminho construído pela longa perspectiva protecionista, pelo reino do livre comércio e pela mundialização que a acompanham, não são avaliados apenas com base em um balanço econômico e social que se pode estabelecer, seja ele globalmente ou sobre pontos específicos. Esses são os vetores centrais que são denunciados como sendo responsáveis por uma destruição da verdade política.

Nesse sentido, a posse das instituições como mecanismos de Estado, advindos da modernidade, foram capazes de trazer uma falsa sensação de estabilidade social, econômica e política, com a posse das ferramentas estatais, gerando uma cegueira na compreensão da dinâmica do mundo. Esse seriam os fatores de ruptura pelas ideologias de direita e extrema direita em países como Suécia, EUA, Itália, Hungria, Polónia dentre outros. A modernidade que, a princípio libertou, foi capaz de aprisionar o modelo em uma casta de privilégios e restrições cada vez maiores aos cidadãos.

É esse contexto que Giddens (1991, 2004, 2008), refere-se quando traz o termo modernidade. Em uma primeira aproximação, destaca um estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornou mundial em sua influência. Uma outra possibilidade para a compreensão dessa realidade trazida por Giddens (1991), está presente também nos argumentos de Giddens, Beck e Lash (1997). Para esses autores, a modernidade representa um processo que significou, primeiro a desincorporação das formas sociais tradicionais e, segundo a reincorporação às formas sociais industriais, contidas ou trazidas pela modernidade. Essas características libertaram um estado moderno (Estado-Nação), mas não foram capazes sustentar e mudar quando se fez necessário. Fatores citados por Castells (2018) como a globalização e a sociedade em rede, alteram a construção das democracias são ameaçadas.

Em uma leitura brasileira da modernidade, de forma muito peculiar, Santos (1990, 1991) procura identificar data e lugar da emergência da modernidade. Para ele foi na Europa Ocidental, em torno do ano 1500, tendo como epicentro desse fenômeno as Ilhas Britânicas e os Países Baixos. Desse espaço e tempo, a modernidade

começou a se espalhar pelo mundo ocidental como um furacão. Essa leitura fica explicitada na passagem que segue:

A modernidade é um processo histórico que tem data (aproximada) e lugar certo de nascimento. Emergiu em torno de 1500 na Europa Ocidental, e teve nas ilhas Britânicas (em conjunto com os Países Baixos) o seu eixo de cristalização. Ali se consolidou até as primeiras décadas do século 20, e dali vem se expandindo pelo mundo. Isso equivale a dizer que a modernidade é em sua origem predominantemente britânica (ou anglo-saxônica). Pode ser simplista, pode causar dor de cotovelo, mas é indiscutível. [...] o pluralismo religioso britânico foi proverbial. (Santos, 1991, p. 11).

A ligação entre modernidade e liberalismo, feita por Santos (1991), em sua obra sobre o liberalismo, é muito interessante, quando ele argumenta que:

O liberalismo deseja um Estado mínimo, não por ser um mal necessário, mas, por ser um bem imprescindível que se degenera com o tamanho abusivo. a) o Estado deveria ser um moço atlético, eficiente e ágil, não uma matrona, avuncular, gorda e morosa; b) há uma relação sistêmica (de feedback) entre o Estado sadio e um grau mínimo de espírito de cidadania, de virtude política. O que põe essa relação sistêmica a funcionar é algo misterioso; c) a teoria liberal não se baseia em uma certeza absoluta, mas na escolha da melhor hipótese entre as diversas alternativas (uma ética da responsabilidade); d) quando a massa popular acreditar nos benefícios da ideologia liberal, geradora de riqueza e bem-estar nas sociedades desenvolvidas, os discursos demagógicos serão ineficazes; e) fora da democracia não há salvação e; f) enfim, a reflexão final não é propriamente uma conclusão. (Santos, 1991, p. 11-12).

O supracitado autor, finaliza afirmando que o horizonte cultural do liberalismo não é a mediocridade intelectual da “moral burguesa”, mas sim o fio condutor político da modernidade, com aquilo que de melhor o Estado-Nação pode disponibilizar à sociedade. Para esse autor, a modernidade precisa ser identificada em seus elementos, e os conflitos da modernidade precisam ser revelados em suas origens capilares, ou seja, no próprio processo que a fez emergir, visando melhor compreendê-la. Isso pode ser identificado na seguinte citação:

[...] Só depois de analisados esses conflitos que vieram chegar as nossas praias como ondas nascidas em mar alto, estaremos preparados para uma discussão exaustiva dos fundamentos filosóficos da atitude liberal. Toda atitude é confluência de uma ótica e de uma ética, de um modo de ver, de um modo de raciocinar e de filosofar, interligado com o mundo da ação real. (Santos, 1991, p. 159).

Para Santos (1991), a modernidade, de marca britânica, em seu triunfalismo inicial, trata-se de um processo histórico que engloba 8 (oito) elementos: a) elementos

frios - ciência; tecnologia; empresamento econômico e crítica epistemológica; e b) elementos quentes ou dinâmicos- cidadania universal; dessacralização da cultura; emergência das ciências sociais e consciências dos signos e da comunicação.

A ligação da modernidade com o liberalismo, por exemplo, é um movimento moderno, ou seja, é resultante das interligações dos elementos da modernidade. Esse movimento reivindica a efetiva concretização de todos esses elementos, mas especialmente do empresamento econômico, crítica epistemológica e a cidadania universal. Esses não conseguem conviver sem conflitos.

Em sintonia com Santos (1990; 1991), para Dahl (2012), a marca da modernidade e o surgimento do Estado-Nação altera a instituição democrática e traz algumas consequências, para as observações feitas para a democracia greco-romana: a) a representação; b) a expansão ilimitada; c) alguns limites para a democracia participativa; d) a diversidade; e) o conflito; f) o pluralismo social e organizacional e; g) a explosão dos direitos individuais.

Esse conjunto de transformações desemboca no conceito de poliarquia, trazido por Dahl (2012). Esse conceito como uma ordem política que, em âmbito mais geral, distingue-se por duas características amplas: a cidadania é extensiva a um número relativamente alto de adultos e os direitos da cidadania incluem não apenas oportunidades de opor-se aos funcionários mais altos do governo, mas também a de removê-los de seus cargos por meio do voto.

Nessa perspectiva, segundo Dahl (2012), algumas instituições são fundantes da poliarquia: a) funcionários eleitos; b) eleições livres e justas; c) sufrágio inclusivo; d) direito de concorrer a cargos eletivos; e) liberdade de expressão; f) informação alternativa e; g) autonomia associativa.

Assim, fica evidente nessa perspectiva, uma relação muito forte entre o sistema poliarquico e a democracia. A poliarquia é uma manifestação sistêmica da instituição democrática. O sistema poliarquico é capaz de gerar o conjunto de instituições que regidas pelo Estado-nação, irão consolidar as democracias modernas.

Contudo, ainda existe uma questão central que cabe um ponto de reflexão, que são os limites da poliarquia. Poliarquias mais perenes, podem ser objeto de cobiça dos próprios indivíduos que delas desfrutam, e objetivam restringir aspectos de participação, mesmo sem ferir o conceito central de democracia, mas apenas restringir a ocupação por outros participantes ou eles próprios ocupar espaços representativos.

Isso formaria uma elite com intenções de perpetuação no poder, fazendo ciclicamente trocas entre eles.

Esse conflito moderno é o que leva Dahl (2012) a destacar o que ele denominou de possível ponto de partida para uma terceira onda ou transformação, referindo-se a democracia no mundo do amanhã.

Hoje, a ideia de democracia é universalmente popular. A maioria dos regimes reclama algum tipo de direito ao título de “democracia”; e aqueles que não o fazem insistem que seu exemplo particular de governo não democrático é um estágio necessário no caminho para a “democracia” definitiva. Em nosso tempo, até mesmo os ditadores parecem crer que um ingrediente indispensável de sua legitimidade é uma pitada ou duas da linguagem da democracia (Dahl, 2012, p. 2).

Diante desta compreensão Dahl (2012, p. 497) sinaliza que alguns fatores que ocorrido, poderiam gerar essa nova transformação:

- i) mudanças nas condições para a poliarquia em diferentes países poderiam ocasionar uma mudança no número de poliarquias. Num extremo, a poliarquia poderia resumir-se a poucos países nos quais as condições fossem extremamente favoráveis, no outro extremo, poderia expandir-se a ponto de incluir países que contenham a maioria da população mundial;
- ii) mudança na escala da vida política poderiam, mais uma vez, alterar profundamente os limites e possibilidades do processo democrático e;
- iii) mudanças nas estruturas e na consciência talvez ajudassem a tornar a vida política mais democrática em alguns países agora governados por poliarquias. Uma sociedade mais democrática talvez resultasse, por exemplo, de uma equalização bem mais amplas dos recursos poliarquicos e das capacidades entre cidadãos ou de uma extensão do processo democrático a instituições importantes previamente governadas por um processo não democrático.

É interessante observar as preocupações deste autor. De um lado reforça a importância dos sistemas poliarquicos, os quais são capazes de consolidar as democracias mais plenas e até mesmo as emergentes e, de outro, trazer sua preocupação com as forças externas que combatem os regimes democráticos e, até mesmo, os próprios componentes que desfrutam dos sistemas democráticos, que ao atuarem para obter mais poder ou espaço, muitas vezes se locupletando dos próprios direitos delegados ou recebidos, para solapar o regime em que atuam.

Assim, buscou-se compreender a formação e transformações dos sistemas democráticos, visando entender como foram inseridos os seus elementos essenciais e criadas as instituições que os formam e, ao mesmo tempo, inserir as preocupações

com possíveis ações que ameaçam esses modelos democráticos. Entretanto, interessa saber como estão as democracias e o que as fragiliza ou ameaça?

3. O NEOLIBERALISMO PÔS EM FRANGALHOS OU DESNUDOU A DEMOCRACIA?

Nesta seção, cabe discutir, interagindo com a questão de pesquisa e com o objetivo deste texto, principalmente uma perspectiva pouco animadora para as democracias, que são retratadas por um conjunto de obras que procuram refletir sobre o enfraquecimento e as ameaças recentes as democracias. O fio condutor destas observações centrará sua análise no movimento neoliberal (neoliberalismo), apontado por alguns autores como o pivô principal do enfraquecimento do Estado e, com isso, o fortalecimento de movimentos opostos (direita e extrema direita), que estavam adormecidos, levando-os a surgir das sombras para os holofotes.

Nesse sentido, autores como Brow (2019), Abranches (2020) e Chamayou (2020) apontam que esses movimentos de ódio e a belicosidade racista, anti-islâmicos e antisemitas cresceram nas ruas e na internet. Muitos grupos de extrema direita, organizados em movimentos combinados e crescentes, tem se manifestado com muita audácia na vida pública, após terem passado anos de espera, na maior parte desse tempo nas sombras.

Com o messianismo de algumas personalidades e, ainda que, com algumas poucas vitórias políticas, esses movimentos têm sido encorajados. A utilização de processos sofisticados das mídias sociais tem ajudado, para que essa combinação de fatores de fortalecimento de movimentos extremistas se torne possível, proporcionando movimentos obscurantistas e extremistas, em diversas partes do mundo.

Brow (2019, p. 52) descreve alguns fatores que tem propiciado esse indigesto renascimento:

A incapacidade de prever, compreender ou efetivamente contestar esses desenvolvimentos é devida, por um lado, a suposições cegas sobre valores e instituições ocidentais duradouros – especialmente o progresso, o iluminismo e a democracia liberal -, por outro lado, a aglomeração pouco familiar de elementos na direita ascendente – sua curiosa combinação de libertarianismo, moralismo, autoritarismo, nacionalismo, ódio ao Estado, conservadorismo cristão e racismo. Estas novas forças conjugam elementos já familiarizados do neoliberalismo (favorecimento do capital, repressão do

trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade) com seus aparentes opostos (nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista e demandas por soluções estatais para problemas econômicos e sociais.

Assim, todo o relativismo é nocivo. Rejeitam a ciência e a razão e desconsideram fatos, dados, informações e argumentos. que cientificamente demonstrem credibilidade e responsabilidade. Nesse contexto, pode parecer contraditório, mas está também em suas lógicas, desdenhar a política, mas ao mesmo nutrir grandes ambições políticas, pois isso lhes daria o poder do Estado, para cumprir seu legado de crenças. Desdenhar das democracias, mas ao mesmo tempo, locupletar-se ou apoderar-se das instituições basilares deste modelo, para sobre elas desenhar seus projetos mais ousados de atacar aquilo que está estabelecido.

Abranches (2020) aponta, também, para outro fator relevante do enfraquecimento do Estado e das democracias, sendo a possibilidade de uma visão de esquerda mais contemporânea ao estágio atual de hegemonia do capital financeiro globalizado, ter favorecido os partidos de direita. Para ele, um caso de adaptação sem capitulação ao ambiente dominado pela lógica financista, foi o exemplo de Portugal, que não abandonou o imperativo da responsabilidade fiscal, mas mudou a distribuição dos custos, reduzindo os subsídios aos mais ricos para poder atender à maioria. Assim, esta reação belicosa da direita e extrema direita tem sido forte e imediata.

Embora por caminhos diferentes Brow (2019), Abranches (2020) e Chamayou (2020) apontam o movimento neoliberal (neoliberalismo) como o elemento central, para o fortalecimento desses movimentos de direita e extrema direita, colocando em risco as democracias, mesmo aquelas mais estabelecidas ou mais bem consolidadas.

Chamayou (2020) ressalta que uma das marcas do programa político neoliberal, foi fazer com que tudo aquilo que coloca em risco o bom andamento dos negócios, seja percebido como ameaça a ser combatida, conforme uma verdadeira lógica de guerra. Para ele, as próprias técnicas de administração surgiram no meio militar basicamente para fazer face a necessidades de gestão da guerra, sendo a logística o melhor exemplo.

Ao empreender sua crítica ao neoliberalismo, afirma que este é interpretado não apenas como uma doutrina econômica, mas como uma racionalidade, isto é, uma lógica subjacente às práticas governamentais. Essa normatividade neoliberal consiste

na generalização da concorrência nos âmbitos da sociabilidade, linguagem, ordenamento do Estado e subjetividade.

Chamayou (2020) define sua versão como a sociedade ingovernável. Para ele a sociedade ingovernável integra-se nesse debate como uma contribuição inovadora, de caráter fortemente político, sendo que essa ideia subjaz ao liberalismo autoritário, “esse pequeno monstro conceitual”, nos dizeres de que pode abranger um amplo espectro político.

Diante dessas questões trazidas por esses autores, tornam-se relevante demonstrar o que é o movimento neoliberal, seu histórico, elementos, dinâmica e legado.

[...] nos regimes democráticos, a anomia emerge de dentro da empresa (trabalhadores) para fora (ambiente social). Como o leitor perceberá, e diferentemente do que se poderia pensar ao tratar de neoliberalismo, a guerra em questão não é contra o Estado; antes, essa genealogia se refere às investidas de amplo espectro do setor empresarial contra grupos e instituições que ameacem restringir a livre concorrência, seja pela regulamentação do mercado laboral, tributação, legislação ambiental, seja mediante discursos críticos capazes de mobilizar a juventude universitária ou até mesmo por meio da sabotagem pura e simples da produção. Enquanto o neoliberalismo é apresentado como uma reversão empenhada dos mecanismos de limitação do livre mercado, o Estado se apresenta, ao final do livro, como aliado crucial do patronato em busca da governabilidade perdida (Chamayou, 2020, p. 7).

Assim, os componentes desse movimento contrário ao ambiente institucional criado pelas democracias liberais, seriam advindos do campo empresarial, da própria classe trabalhadora, da juventude cansada de um modelo acomodado da democracia política, que reserva pouco espaço para inserção na vida social, laboral e nos espaços cívicos (espaços de participação).

É interessante observar que o Dahl (2012)) aponta que a própria evolução dos sistemas democráticos – em seus elementos políticos e econômicos, principalmente, foi responsável por reacender a chama do fortalecimento desses movimentos de extrema direita. Nesse sentido Brow (2019) corrobora ao afirmar que do submundo das democracias emergiram os que ela denomina de conversadores ou tradicionalistas, anti-modernidade.

Incluídos nessa classificação de Brow (2019) estão economistas liberais saudosistas de mercados livres, políticos conservadores contrários a modernidade da igualdade de uma cidadania tutelada pelo estado, conservadores favoráveis a

políticas nacionalistas e protecionistas, campos religiosos contrários a liberdade do corpo e da vida, movimentos anti-imigração, movimentos nazi-facistas que renascem por desconhecimento ou negação da história ou por não se sentirem incluídos nas políticas de governos, movimentos que contestam o poder estabelecido, pela própria cegueira dos sistemas políticos estabelecidos ou pela sensação de apreensão das democracias liberais por grupos de político tradicionais e oportunistas, dentre outros.

Nesse sentido, os supracitados autores buscam encontrar fundamentos para o retorno dos tradicionalistas e o surgimento do ódio às democracias liberais. Para ele um fator que tem facilitado esses movimentos é uma sociedade em rede – aquilo que Castells (2018), já sentenciava. Esses movimentos estiveram presentes, segundo esses autores em movimento da política italiana, americana, húngara, brexit, sueca, dentre outras. Feitas essas observações, cabe trazer o que compõe o Tradicionalismo.

4. O TRADICIONALISMO, O ANTI-INSTITUCIONALISMO E OS ATAQUES ÀS DEMOCRACIAS LIBERAIS

Nesta sessão, está presente a análise sobre dois movimentos de extrema direita, que muito tiveram e tem a contribuir com a onda extremista que se faz presente em vários países, reconfigurando o cenário político mundial e colocando a prova democracias já estabelecidas. De um lado o movimento denominado “Nova Direita” de origem europeia e de outro, o movimento do Tradicionalismo, com os seus idealizadores e com os seguidores mais recentes, os quais são em grande parte responsáveis pelo fortalecimento do movimento e ascensão ao poder de políticos de extrema de direita.

Para Benoist e Champetier (2014), o movimento da Nova Direita nasceu no ano de 1968. Não é um movimento político, mas um *think tank* (instituições ou organizações dedicadas a produzir e difundir conhecimento sobre temas políticos, econômicos ou científicos) e uma escola de pensamento. Portanto, já faz mais de 40 anos que por meio de conferências, publicações, colóquios etc. tenta-se formular uma perspectiva metapolítica.

Argumentam que a história é o resultado da vontade e da ação humana, mas sempre no âmbito das convenções, crenças e representações que fornecem significado e direção. Assim, o objetivo da Nova Direita é contribuir para a renovação

dessas representações sócio-históricas. Também afirmam que a narrativa metapolítica tem bases estabelecidas sobre a evolução das sociedades ocidentais, diante do século XXI.

Por um lado, assiste-se à impotência crescente dos partidos políticos, sindicatos, governos, formas clássicas de conquistas e do exercício do poder político, e, por outro lado, à rápida obsolescência de todas as clivagens que têm caracterizado a modernidade, a começar pela clivagem esquerda-direita (Benoist; Champetier, 2014, p. 8).

Neste contexto, a Nova Direita, procura reunir pessoas (homens e mulheres) que desejam participar de forma concreta para seu florescimento. Na França e em muitos outros países, estas comunidades procuram produzir trabalhos e reflexões, visando combater no campo das ideias. Assim, é interessante cooptar a visão de Benoist e Champetier (2014) sobre três pontos centrais de sua análise, que eles designam ou denominam como predicamentos: a modernidade, a crise da modernidade e o liberalismo. Esses pontos buscam designar um movimento histórico-social, político e filosófico dos três últimos séculos da história Ocidental, tendo a modernidade caracterizada por cinco processos convergentes

A individuação, por via da destruição das antigas comunidades de pertença; a massificação, com a adoção de comportamentos e estilos de vida padronizados; a dessacralização, pelo refluxo das grandes narrativas religiosas em favor de uma interpretação científica do mundo; a racionalização, através do domínio da razão instrumental, do mercado livre e da eficiência técnica; a universalização por via da difusão global de um tipo de sociedade implicitamente apresentando como a única possibilidade racional e, pro consequente, como um modelo superior (Benoist; Champetier, 2014, p. 13).

Sobre a crise da modernidade, Benoist e Champetier (2014, p. 15) afirmam que o imaginário da modernidade é dominado por desejos de autonomia, liberdade e igualdade. Mas, esses valores foram traídos, pois quando apartados de suas comunidades viraram com as instituições modernas, puramente formais: “[...] o comunismo traiu instalando os regimes totalitários mais assassinos da história; o capitalismo trivializou-a ao legitimar as desigualdades sociais e econômicas mais odiosas em nome da igualdade”. Nesse sentido, a modernidade não será superada por um simples retorno ao passado, mas pelo recurso a certos valores pré-modernos em uma ótica pós-moderna. Será ao preço de uma tal refundação radical que serão exorcizados a anomia social e o niilismo contemporâneo.

Resta na análise de predicamentos, o liberalismo. Sobre este construto definem como a encarnação da ideologia dominante da modernidade, sendo o primeiro a aparecer e será o último a desaparecer. Esse advento marca a dissolução da esfera pública em um espaço privado, enquanto a democracia representativa é reduzida a um mercado. Na era da globalização o liberalismo não se apresenta mais como uma ideologia, mas como um sistema de produção e reprodução dos homens e das mercadorias, cujo alcance do Estado e das políticas públicas tem limites muito restritivos para a sociedade.

Com essa crítica vital á modernidade e sua conjuntura, esses autores apresentam aquilo que definem como fundamentos do movimento da “Nova Direita” (Quadro 1). Esses fundamentos estão centrados na crença de que as atividades são realizadas por ordens práticas, as quais representam a essência das relações dos homens entre si e com o mundo: a política, a economia, a tecnologia e a ética. Nesse sentido, os fundamentos representam uma compreensão do mundo, pelo olhar da “Nova Direita”.

Quadro 1 – Os Fundamentos da “Nova Direita”

FUNDAMENTOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. O homem um instante da existência 2. O homem um ser enraizado, perigoso e aberto 3. Sociedade um corpo de comunidades 4. Política uma essência e uma arte 5. Economia: para além do mercado 6. A ética: autoconstrução 7. Técnica: mobilização do mundo 8. O mundo: um <i>pluriversum</i> 9. O cosmos: um <i>continuum</i>

Fonte: Adaptado de Benoist e Champetier (2014).

Já no Quadro 2 estão o conjunto de orientações que devem mover as ações do movimento, para fazer o enfrentamento aos “males” trazidos pela modernidade. Esses treze pontos formam os fios condutores a serem estudados e praticados pelos adeptos do movimento.

Quadro 2 – As Orientações Para a “Nova Direita”

ORIENTAÇÕES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Contra a indiferenciação e o tribalismo, pelas identidades fortes 2. Contra o racismo: pelo direito à diferença

3. Contra a imigração, pela cooperação
4. Contra o sexismo, pelo reconhecimento dos gêneros
5. Contra a Nova Classe, pela autonomia a partir da base
6. Contra o jacobinismo, pela Europa federal
7. Contra a despolitização, pelo fortalecimento da democracia
8. Contra o produtivismo, pela partilha do trabalho
9. Contra a fuga para a frente financeira, por uma economia ao serviço da vida
10. Contra o gigantismo, pelas comunidades locais
11. Contra as florestas de betão, pelas cidades de dimensão humana
12. Contra o demônio tecnológico, pela ecologia integral
13. Pela liberdade do espírito e um regresso ao debate de ideias

Fonte: Adaptado de Benoist e Champetier (2014).

Assim, caracteriza-se essa corrente de pensamento, que centra suas críticas na modernidade ocidental e no seu aparato institucional criado para gerar, segundo esses autores, os valores vitais a serem protegidos: a igualdade e a liberdade. Para Benoist e Champetier (2014), a modernidade desembocou em um processo global banalizando os próprios valores defendidos. A modernidade gestora do liberalismo (neoliberalismo), do comunismo, do capitalismo, do nazismo e do fascismo, foi destruidora dos valores comunitários, ponto central do movimento da “Nova Direita”. Portanto, cabe ao movimento da “Nova Direita” trazer recursos pré-modernos, junto com certos valores, para uma lógica pós-moderna. A modernidade não será superada por um simples retorno ao passado, mas por uma refundação radical que serão exorcizados a anomia social e o niilismo contemporâneo.

Observando a visão defendida por Benoist e Champetier (2014), a autora Brow (2019) afirma que foi do ocaso do liberalismo e das ruínas do neoliberalismo (de suas sombras) que movimentos de extrema direita como esses, têm ressurgido contemporaneamente. Essa passagem pode ser reforçada pelo trabalho de Teitelbaum (2020) – Guerra pela Eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista.

Para este autor, Tradicionalismo, com T maiúsculo, refere-se a uma escola espiritual e filosófica alternativa, composta por um grupo eclético, ainda que minúsculo, de seguidores, ao longo dos últimos cem anos. Para Teitelbaum (2020), os fundadores deste movimento estão centrados nas ideias do autor francês René Guénon e seu sucessor o barão italiano Julius Evola. Mais recentemente, integram essa seleta casta, nomes como os de Steve Bannon, Aleksandr Dugin e Olavo de Carvalho. Esses últimos, os que mais interessam a narrativa proposta.

Assim como o movimento da “Nova Direita” descrito por Benoist e Champetier (2014), para Teitelbaum (2020), esse movimento do Tradicionalismo, opõe-se à modernidade. Para o movimento a modernidade e sua dinâmica a modernização, envolve a organização das massas de pessoas cada vez maiores em prol de uma mobilização política mais poderosa com nações e colonialismo, da produção e do consumo de bens. Conforme se padroniza a vida social, novas massas populacionais surgem com mais facilidade. Também, há uma fé cega no progresso, que no âmbito da política ocidental, surgem os apelos por maior autonomia, liberdade e igualdade.

O que se verifica é uma sintonia entre os dois movimentos (aqui trazidos como representativos dessa movimentação extremista), que centram suas críticas e orientações, sobre as doenças da modernidade e suas criações. Aquilo que Giddens (1991 e 2008) denominou de fichas simbólicas como o dinheiro e os sistemas peritos. Porém, o movimento Tradicionalista centra seu foco sobre alguns pontos específicos:

Alguns Tradicionalistas trabalham seus valores em um sistema de pensamento que vai muito além da divisão política moderna de esquerda ou de direita: alguns dizem que esse sistema está além do fascismo. Consequentemente esse sistema infundiu o pensamento de propagadores da direita anti-imigração, populistas e nacionalistas, e o fez de maneira estranha. É anticapitalista, por exemplo, e pode ser anticristão. Condena o Estado-Nação como uma construção modernista e admira aspectos do islã e do oriente em geral (Teitelbaum. 2020, p. 20).

Assim, para o movimento Tradicionalista, aquilo que o Ocidente chama de progresso, na verdade, prejudica a condição humana. Para vencer essa orientação, não seria mais necessária uma inovação ou uma emancipação do passado, mais sim um retorno aos ensinamentos antigos para encontrar um remédio.

Na análise de Teitelbaum (2020, p. 33), a problemática encontrada por esse movimento na modernidade, seriam em seus “ismos”: o capitalismo, o secularismo, o feminismo, o marxismo, o nacionalismo, o colonialismo, a urbanização (o urbanismo) e a globalização (globalismo). Estaria em suas formas mais concentradas na sociedade de consumo, no jingoísmo militarista, na cultura das drogas ou no hedonismo sexual dos hippies americanos. O movimento eclético do Tradicionalismo, poderia ver estas manifestações como diversas outras. Portanto, trata-se de um movimento conservador capaz de abarcar diversas forças, contra a modernidade ocidental e seu legado, incluindo o globalismo, as democracias e as instituições democráticas.

Teitelbaum (2020, p. 33), por exemplo, detecta algo muito interessante, em seu diálogo com Steve Bannon. Afirma que seus comentários sobre o Tradicionalismo com “T” maiúsculo, para diferenciar de tradicionalismo com “t” minúsculo, eram muitas vezes inconsistentes e muitas vezes contraditórios, já que escorregavam em conceitos centrais (os mais diversos possíveis) e até mesmo na abordagem, pois aderiam em suas manifestações, formas nacionalistas, populistas e outros “istas”, para os quais tinham críticas ferrenhas, mas que aderiam quando se tratava de ganhar espaço, principalmente políticos.

Os personagens aqui trazidos são relevantes para a existência desse movimento. Steve Bannon, por exemplo, de membro da marinha americana, a bilionário e conselheiro da Casa Branca, no governo de Donald Trump. Aleksandr Dugin, um militar separatista Georgiano, e “intitulado” conselheiro e influenciador das políticas do Kremlin, muito embora Teitelbaum (2020) não consiga deixar claro seu grau de influência. Estes, certamente influenciados pelas ideias de René Guénon e Julius Evola. E, finalmente nesta análise, Olavo de Carvalho (influyente na organização da direita conservadora do Brasil – durante o governo Bolsonaro).

Na política moderna Teitelbaum (2020, p. 105) retrata a visão de Bannon: “[...] a vidraça intacta é uma loucura: a harmonia está nos cacos espalhados pelo chão. [...] isso equivale a perseguir o colapso – o desmonte dos Estados administrativos inchados”, como ele tanto repete.

O fato político inicial mais importante ocorreu na Itália. A ascensão de políticos de extrema direita e, em alguns casos com qualificação duvidosa para o exercício de um cargo de estadista, surgem neste contexto. Para Da Empoli (2020), por exemplo, à frente do Movimento 5 Estrelas estava Luigi Di Maio – nomeado vice-presidente do Conselho e ministro da Indústria e do Trabalho – não tem problemas de currículo. Aos 30 anos e sem diploma universitário, ele só conta com uma única experiência em seu ativo profissional antes de virar deputado graças aos 189 votos obtidos nas primárias do Movimento 5 Estrelas: guia do estádio San Paolo de Nápoles. De outro lado, o verdadeiro homem forte, coroado pela Time Magazine como a nova cara da Europa, é, no entanto, o outro vice-presidente, Matteo Salvini, que, desde que assumiu a função, dá vida ao espetáculo de um ministro do Interior que tuíta diariamente para espalhar o medo e incitar o ódio racial.

Na retórica dos 5 Estrelas, como nos comícios do recém-eleito Donald Trump, encontra-se um tipo de lição de desenvolvimento pessoal que pretende liberar as

energias do indivíduo, por muito tempo reprimidas. Para Da Empoli (2020, p. 114), a chave do sucesso de Trump” (descrita por Matt Taibbi), “[...] é a ideia segundo a qual as velhas regras de decência foram feitas para os perdedores, que não têm o coração, a coragem e a ‘trumpitude’ para serem, simplesmente, eles mesmos.

É nesse bordão, que os defeitos e vícios dos líderes populistas se transformam, aos olhos dos eleitores, em qualidades. Sua inexperiência é a prova de que eles não pertencem ao círculo corrompido das elites. E sua incompetência é vista como garantia de autenticidade. As tensões que eles produzem em nível internacional ilustram sua independência, e as *fakes news* que balizam sua propaganda são a marca de sua liberdade de espírito.

Esse contexto faz parte da história de Steve Bannon. Com o apoio de bilionários americanos (família Mercer) manteve contato com Laboratórios de Comunicação Estratégica (SCL, sigla em inglês) que trabalha com mineração de dados e com uma injeção de 20 milhões de dólares fundou a Cambridge Analytica. Esse movimento atraiu o Partido Nacionalista Britânico (*UKIP*) e organizações como *Leave.EU* e *Vote Leave* e pôe em marcha o movimento que desaguaria no Brexit (conceito que define a separação do Reino Unido da União Europeia), com o intensivo uso das mídias sociais como o Facebook.

O tipo de ativismo apoiado pela Cambridge Analítica era uma forma aprimorada e inovadora de algo conhecido nos círculos de extrema direita como metapolítica. A estratégia envolve fazer campanhas não por meio da política, mas por meio da cultura – das artes, do entretenimento, do intelectualismo, da religião e da educação. É nessas esferas que os novos valores são formados, não na cabine de votação. Quem conseguir alterar a cultura de uma sociedade terá criado uma oportunidade política para si mesmo. Senão conseguir, não terá chance (Teitelbaum, 2020, p. 62).

Assim, Bannon procurou promover o nacionalismo europeu por meio de campanhas sofisticadas na mídia, encontrando, então, a causa que lhe permitiria colocar em prática o seu método.

Outro ponto interessante é o movimento Tradicionalista da Hungria. Neste caso, a aproximação do movimento Tradicionalista estava para ocorrer pelo ativista Aleksandr Dugin, devido a sua aproximação com Supremacistas brancos húngaros e com Gábor Vona (do partido Jobbik) e Tibor Baranyi, seu conselheiro Tradicionalista. Esse seria o partido que continha, em seu âmago, as ideias Tradicionalistas, tanto para a criação de escolas para formação de pessoas nesta orientação quanto para

abarcam as ideias nacionalistas e anti-imigração, com forte apelo e propaganda sobre esse tema.

Após a eleição do Primeiro-Ministro Viktor Orbán (em 2014) e, já no início de 2015, sua aprovação estava em baixa. Porém, com a crise migratória para a Europa com pessoas vindas principalmente da África e do Oriente Médio, foi como se Orbán recebesse um presente político. Tomou uma direção oposta aos países europeus. Construiu cercas ao longo da fronteira com a Sérvia, enviou patrulhamento de tropas militares e mais tarde fechou a fronteira com a Croácia e mandou imigrantes ilegais que estavam na Hungria, para a Áustria.

Para Teitelbaum (2020), Viktor Orbán, com seu movimento anti-imigração, consegue reverter seus índices de reprovação, além de arrebatam para si e apoderam-se de todas ideias e elementos mais populares do programa do Jobbik. Também, na visão deste autor, não demorou muito para incluir os traços do Tradicionalismo do Jobbik, em seu programa político. Em um discurso no Conselho de Cooperação dos Estados de Língua Túrquica, Orbán declarou que o fim dos dias em que fluíam capital e conhecimento do Ocidente, e manava mão de obra barata advinda do Oriente. Esta é uma empreitada, na qual Dugin tem sido incansável na propagação em países como Rússia, Turquia, Hungria e até mesmo na França, Itália e Áustria.

Dentro desse contexto, no novo mundo, portanto, a política é centrífuga. Não se trata mais de unir eleitores em torno do denominador comum, mas, ao contrário, de inflamar as paixões do maior número possível de grupelhos para, em seguida, adicioná-los – mesmo à revelia deles. As inevitáveis contradições contidas nas mensagens enviadas a uns e a outros continuarão, de qualquer forma, invisíveis aos olhos das mídias e do público geral.

Para Da Empoli (2019), os interesses em conflito não se dissiparam, mas se truncaram. Por isso a esquerda, que sempre se valeu de modelos de conflitos estruturados, se perdeu. São conflitos de determinações menos precisas, na fronteira entre as disfunções da ordem em colapso e as formas emergentes, em desordem. Sai-se da ordem para o caos e não se sabe ainda o caminho da nova ordem. Para Abranches (2020), o contexto não permite imaginar as direções nas quais a ordem advirá do caos. Veem-se a redução dramática da base manufatureira e o crescimento exponencial de serviços em rede.

5. REMÉDIOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS E CONDIÇÕES PARA EVITAR O COLAPSO DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS

Para Da Empoli (2019) com a política quântica e em rede conforme Castells (2018) a realidade objetiva não existe. Cada coisa se define, provisoriamente, em relação a uma outra, e, sobretudo, cada observador determina sua própria realidade. No novo mundo, como dizia o ex-presidente do Google, Eric Schmidt, é cada vez mais raro ter acesso a conteúdo que não sejam feitos sob medida. Os algoritmos da Apple, do Facebook ou do próprio Google fazem com que cada um de nós receba informações que nos interessam. Assim, atribui-se a sociedade em rede um dos fatores mais relevantes para essa difusão do Tradicionalismo e ascensão da extrema direita.

Assim, até aqui foi proposto estudar as democracias e o surgimento de seus elementos, o surgimento das ideais ameaçadoras às democracias e as formas de ataques desencadeadas, na esperança de encontrar possíveis remédios existentes e aqueles que podem ou necessitem ser criados para evitar o colapso total das democracias liberais.

Para Kaiser (2020), nesse contexto, tem-se uma saída para fortalecer as democracias e fugir da escravidão digital: a) torne-se um alfabetizado digital; b) interaja com parlamentares; c) ajude as empresas a optarem pela ética; d) cobre dos parlamentares que responsabilizem aqueles que cometem abusos de poder; e e) faça escolhas éticas em sua própria vida digital,

Para Abranches (2020), as democracias convivem mal com o silêncio. Silenciar diante desse escorregar para fora das regras e da cobertura institucional da democracia é capitular ante as pressões autoritárias por medo ou conveniência. O silêncio é a forma conveniente do conformismo. A democracia está em risco em todo o mundo. Vê-se acuada pelas transformações estruturais que provocam demolições seriadas, antes do acabamento do que se está a construir.

As obras de Snyder (2017) e Levitsky e Ziblatt (2018) buscam algumas ideias e medidas que possam evitar, conter ou reverter a crise da democracia liberal. Apostam na mobilização das massas, ou seja, com a ação dos cidadãos engajados e esclarecidos, serão encontradas as saídas para a anseios e arroubos autoritários. Para tanto, os autores elencam algumas lições, ou conselhos, para possibilitar a

salvação do modelo democrático, tais como: “não obedeça de antemão”; “cuidado com os grupos paramilitares”; “contribua para as boas causas”; entre outras.

Levitsky e Ziblatt (2018) entendem que é importante estabelecer amplas coalizões democráticas para restabelecer as regras informais da democracia, quais sejam a tolerância mútua e a reserva institucional. As elites políticas devem ser conscientizadas constantemente sobre os sérios riscos do jogo democrático, agindo com sabedoria, prudência, moderando os ânimos e restituindo as boas expectativas de todos quanto à competição partidária e eleitoral.

Nessa perspectiva, uma das estratégias a ser adotada para remediar crises democráticas consiste em vedação de candidaturas de certos indivíduos com perfis autoritários pelas burocracias partidárias. Ou seja, os partidos políticos, seriam um dos instrumentos para salvar as democracias, é fazer com que as burocracias partidárias funcionem como “muros de contenção” contra os apelos populistas e os demagogos autoritários.

Complementarmente, esses autores delineiam alguns critérios que podem ser utilizados para identificar o comportamento autoritário. A saber: recusa em aceitar as regras do jogo; negação da legitimidade dos seus adversários; tolerância ou instigação a violência contra seus opositores; mostrar-se dispostos a restringir liberdades individuais.

Verifica-se assim, que tanto autores como Snyder (2017) quanto Levitsky e Ziblatt (2018) depositam a esperança de um remédio para as democracias na educação e na mobilização dos indivíduos comuns e na classe política tradicional, uma vez que as lideranças partidárias já foram capazes de filtrar e vetar os candidatos que representavam um risco para a democracia.

Em sua obra, Mounk (2019) fala sobre remédios para conter a recessão democrática. No mesmo escopo de Levitsky e Ziblatt (2018) o autor foca seus esforços no intuito de evitar a fragmentação do campo democrático, quando confrontado por um *outsider* oportunista, o que, para esse autor, infelizmente, não se conseguiu fazer em países como Polônia, Hungria, Estados Unidos e até mesmo no Brasil.

Ademais, Mounk (2019) entende que as candidaturas do campo democrático não podem se limitar apenas em apontar obsessivamente os defeitos de *outsiders* oportunistas, ao contrário, segundo ele, os candidatos salvadores do regime democrático devem ser capazes de se conectar com as preocupações dos eleitores.

Nesse sentido, as propostas de campanha devem buscar de forma realista a realização de um mundo melhor.

Dessa maneira, para competir com o discurso simplista, persuasivo dos *outsiders* oportunistas, os democráticos devem mostrar-se dispostos a transformar o presente e para convencer a população devem “falar a língua do povo”, criando narrativas eficazes de que há formas de resolver os principais problemas da sociedade de forma democrática e respeitando os direitos individuais (Mounk, 2019). Assim, para além das estratégias de campanha no intuito de vencer o populismo no jogo eleitoral, elenca três questões estruturais a serem enfrentadas para salvar a democracia, quais sejam: ressurgimento do nacionalismo excludente; às condições reais e materiais da população; e renovar a fé cívica.

No tocante ao ressurgimento do nacionalismo excludente, preliminarmente Mounk (2019) procura lembrar que os populistas de direita ganharam força porque mobilizaram politicamente a identidade nacional. Diante desta estratégia dos populistas autoritários, entende que seria preciso defender os princípios do Estado de direito para todos, inclusive os imigrantes à nação. Isto é, em vez apenas de afirmar as identidades das minorias, seria preciso a propositura de um nacionalismo compatível com o Estado de direito.

Em relação ao desafio das condições reais e materiais da população em países que estão com o sistema democrático em colapso, autores como Snyder (2017) Mounk (2019) e Levitsky e Ziblatt (2018) explicam que o cenário de crise econômica é fértil para o oportunismo autoritário, uma vez que mina a esperança do povo. Consequentemente, dar ênfase na recuperação econômica ajudaria sobremaneira no resgate dos alicerces do Estado de bem-estar social.

Sobre um dos aspectos sublinhados, qual seja a renovação a fé cívica, Mounk (2019) afirma dizer respeito sobre o convencimento da população quanto às vantagens e importância da democracia liberal. Ao discorrer sobre esse aspecto, associa a superação da crise das democracias também a defesa dos valores democráticos e liberais por toda a sociedade.

Nesse sentido, Moreira (2020) entende que, na verdade, as obras desses autores apresentam duas saídas para crises das democracias contemporâneas. A primeira denomina de “catecismo cívico”, que seria “um conjunto de instruções e máximas morais para capacitar a sociedade, de um modo geral, a impedir a ‘recessão democrática’” e a segunda de “salvacionismo elitista”, que segundo ele é “a concepção

pela qual seria a principal solução para esse processo de crise das democracias, consistindo em restabelecer, entre as próprias elites partidárias e políticas, as práticas e os discursos mais moderados e comprometidos com os seus princípios básicos”.

Assim, diante das diversas possíveis saídas para a crise das democracias liberais modernas, aqui apresentadas, é possível inferir que remediar as democracias liberais contemporâneas não é uma tarefa fácil e tampouco simplista. Logo, discursos oportunistas devem ser rechaçados rapidamente, pois ameaçam ludibriar massas e possibilita a ascensão de líderes autoritários.

Por fim, aposta-se que a solução está em uma inclusão das massas, por meio da educação, de políticas que resgatem a cidadania plena – autonomia, igualdade e participação - das massas. Os ideais democráticos, a solução para crise econômica, o resgate do bem-estar social e o fortalecimento do Estado de direito devem ser expostos para o povo da forma mais fácil e conexa com a realidade dos países. A apresentação de planos de governo desconectados de objetivos pessoais pode legitimar a crença da sociedade sobre um objetivo maior, elevando o patriotismo e renovando as esperanças.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo-se da questão central deste estudo, que era indagar sobre a possível existência de remédios político-institucionais para as democracias liberais, que estão sendo feridas em suas premissas fundamentais? e do objetivo de analisar quais os remédios políticos podem ser utilizados para frear os ataques as instituições das democracias liberais, visando conter as tentativas de ruptura evitando um colapso do sistema político-institucional predominante no ocidente “civilizado”, entende-se que o objetivo foi atingido.

Os principais aspectos que justificam esse atingimento residem primeiro na compreensão da modernidade e das democracias liberais, como forma de organização política e poder. Essa ascensão moderniza e dá sustentação ao Estado-Nação, que foi capaz de criar um conjunto de instituições democráticas, que foram importantes para sustentar as democracias e promover a cidadania com ênfase na autonomia, igualdade e participação do indivíduo como cidadão.

Em segundo lugar por caracterizar a consolidação das democracias e compreender sua evolução no tempo e espaço, dando contornos e elementos para

sua definição. Com isso, foi possível identificar que o movimento trazido pela modernidade foi diferente no tempo e espaço, atingindo os Estados-Nação de forma bastante diversa, conforme suas formais estruturais, seus sistemas técnicos e seus sistemas peritos.

Em terceiro lugar a compreensão de que esse movimento de consolidação das democracias teve dinâmicas muito diferentes. Com essas diferentes dinâmicas não conseguiu se tornar hegemônico em sua forma e conteúdo, portanto, foram capazes de emular de seu interior vários movimentos diferentes, denominados antidemocráticos, extremistas, autoritários ou oportunistas, pela caracterização dos autores selecionados. Exemplo desses movimentos foram trazidos pelos autores em países como Estados Unidos, Polônia, Itália, Hungria dentre outros.

Um quarto assentamento, recorre que esses movimentos chegam ao poder e correm as democracias estabelecidas durante muitos anos. As causas são as mais diversas: o surgimento da sociedade e da política em rede, movimentos anti-imigrantistas, movimentos de uma juventude sem esperança, cegueira democrática pela apreensão das democracias liberais por grupos específicos no poder etc.

Um quinto olhar recai sobre os possíveis remédios para as democracias, que é levar mais democracia. Neste olhar, estão inclusos como remédios a criação de espaços cívicos – arenas de participação dos cidadãos e movimentos livres, o fortalecimento dos partidos políticos para evitar a entrada de *outsiders* oportunistas e sem compromisso com a estabilidade democrática, a educação como ferramenta para gerar igualdade e espaço de participação das massas, a inclusão digital e regulamentação dos canais (redes sociais) evitando a utilização de mentiras como instrumento de convencimento antidemocrático e combate a cegueira democrática, como a posse do Estado por grupos de interesse.

Como limitação deste estudo, tem-se as limitações de método por ser uma pesquisa de caráter descritivo exploratória dedutiva, a limitação de autores para dar sustentação a pesquisa, as definições, descrições e remédios aqui descritas, por suas limitações temporais e espaciais. Apesar das limitações, acredita-se que a reflexão foi válida para despertar para o tema. Assim, estudos futuros poderão ser realizados para realizar o devido aprofundamento sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. **O Tempo dos Governantes Incidentais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- BENOIST, A; CHAMPETIRER, C. **Manifesto Para Um Renascimento Europeu**. Lisboa-PT: Contra Corrente, 2014.
- BROWN, W. **Nas Ruínas do Neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Politeia, (2019).
- CASTELLS, M. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CHAMAYOU, G. **A sociedade ingovernável**. uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- DA EMPOLI, G. **Os Engenheiros do Caos**. São Paulo: Vestígio, 2020.
- DAHL, R. **A Democracia e Seus Críticos**. São Paulo: Martins fontes, 2012.
- EATWELL, R.; GOODWIN, M. **Nacional-populismo**: A revolta contra a democracia liberal. São Paulo: Record, 2018.
- ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997.
- GIDDENS, A. **Estado-nação e violência**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- GIDDENS, A. A Sociologia. **Revista Atualidade**. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, n.4, 2004.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- LEVITSKY, S., & ZIBLATT, D. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa**: Abordagem teórico-prática. São Paulo: Papirus Editora, 2016.
- KAISER, B. **Manipulados**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2020.
- ROSANVALLON, Pierre. **O Século do Populismo**: história, teoria, crítica. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades editorial, 2021.
- SANTOS, F. A. **A emergência da modernidade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1990.
- _____. **O liberalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1991.
- SNYDER, Timothy. **Sobre a Tirania**: vinte lições do século XX para o presente. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

TEITELBAUM, B. **Guerra pela Eternidade**: O Retorno do Tradicionalismo e a Ascensão da Direita Populista. Campinas – SP. UNICAMP, 2020.